

Brasília-DF, 24 de março de 2026

[Confira a programação...](#)

Sem pressão sindical e social, Congresso vai enterrar redução da jornada

Debate avança no rito, mas é travado por estratégia política. Sem mobilização, propostas tendem a ser adiadas ou desidratadas.

Marcos Verlaine*

A agenda está quente, mas a decisão está fria. Assim, pode-se definir o debate em torno da redução da jornada de trabalho e da escala no Congresso, que voltou ao centro do debate público. Está na ordem do dia.

Mas não na ordem da decisão do Legislativo federal, que é majoritariamente composto por empresários ou representantes de empresários, por deputados e senadores de direita e extrema-direita e



conservadores. Ou seja, eles são contra as pautas de avanços sociais.

Daí, em razão disso, é fundamental botar pressão. Do contrário, sob esse espectro majoritário do Congresso, propostas assim não irão avançar.

No Senado Federal, a PEC 148/15, do senador Paulo Paim (PT-RS), permanece parada no plenário desde dezembro, apesar de pronta para votação. Na Câmara dos Deputados, a PEC 8/25 segue em discussão na CCJ, formalmente em fase de audiências públicas.

A PEC do senador Paim estabelece transição progressiva: a jornada cairia inicialmente de 44 para 40 horas semanais. A partir daí, haveria redução de 1 hora por ano até atingir o limite final de 36 horas.

A da deputada Erika institui a jornada de 4 dias por semana, limitada a 36 horas semanais, sem redução salarial.

Mas há descompasso evidente: o que avança no rito não avança na política.

AUDIÊNCIAS QUE NÃO DECIDEM

No caso da PEC 8/25, o próprio desenho institucional expõe a contradição.

A CCJ não analisa o mérito da proposta. Limita-se a analisar a constitucionalidade e tecnicidade da proposta. Qual a razão dessas audiências públicas? Protelar, adiar a decisão!

Nesse contexto, a realização de audiências públicas, embora legítima em tese, assume contornos protelatórios. Não se trata de aprofundar o debate, mas de alongar o tempo. De empurrar o enfrentamento político para frente.

Até porque há décadas se debate redução de jornada no Brasil. Já há interminável e robusta massa crítica para avançar com essa pauta. A sociedade é majoritariamente a favor, em particular os jovens trabalhadores. É o adiamento como método.

PODER DE TRAVAR SEM VOTAR

O fato de a pauta estar "na ordem do dia" não significa que será decidida. No Congresso brasileiro, propostas podem ser esvaziadas sem serem derrotadas. Basta que não sejam votadas.

Esse é o terreno onde opera, com eficiência, o empresariado organizado. Não necessariamente para vencer no voto, mas para evitar que isso aconteça.

A estratégia é conhecida: postergar, fragmentar, condicionar. Levar o debate até o limite do calendário.

Brasília-DF, 24 de março de 2026

E, se possível, além desse. E daí não votar porque o tempo político se esvaiu. Esgotou.

Se as propostas ficarem para depois das eleições, a tendência é clara: não serão votadas. E, se forem, será em outro ambiente político, provavelmente mais desfavorável à mudança.

RISCO DE ESVAZIAMENTO

Mesmo no cenário de avanço, há outro risco: o da desidratação das propostas.

Regras de transição extensas, exceções setoriais amplas e dispositivos de flexibilização podem transformar a mudança estrutural em ajuste marginal. Preserva-se a forma, esvazia-se o conteúdo.

A redução da jornada, nesse caso, deixaria de ser redistribuição do tempo de vida para se tornar mera acomodação de interesses, do empresariado, do mercado e do capital.

TEMPO DE VIDA EM DISPUTA

No fundo, o que está em jogo não é apenas carga horária. É a disputa sobre o tempo. E a capacidade dos atores políticos e sociais apresentarem as ferramentas para levar a cabo à votação das propostas em pauta.

Tempo para viver, estudar, cuidar, existir — de um lado. Tempo apropriado como fator de produção — de outro. E isso terá como consequência mais empregos formais, renda e vida menos turbulenta.

A redução da jornada sempre foi, historicamente, conquista arrancada, não concedida. Nunca avançou por inércia institucional. Sempre exigiu conflito social organizado.

SEM TENSÃO, NÃO HÁ DECISÃO

A experiência histórica é inequívoca: sem pressão social, não há mudança relevante na legislação trabalhista.

É preciso mais do que intenção. É preciso tensionar o Congresso — na Câmara dos Deputados e no Senado Federal —, simultaneamente.

A luta se dá em 3 frentes: nas ruas, nas redes e dentro do Parlamento. É nesse cruzamento que se altera a correlação de forças capaz de tirar as propostas da inércia.

CUSTO DA INAÇÃO

Sem mobilização, o desfecho é previsível: propostas paradas ou aprovadas de forma esvaziada.

Em ambos os casos, perde-se o essencial: a

possibilidade de reorganizar o trabalho, a partir de novo pacto social sobre o tempo de trabalho e para a vida social.

O Congresso não decide no vazio. Decide sob pressão.

E, neste tema, a ausência dessa já é, por si só, uma forma de decisão.

É preciso ir às ruas, às redes e ao Congresso, com mais vigor e entusiasmo, onde deputados e senadores irão decidir, com ou sem o povo. Se tiver povo, a decisão poderá ser favorável. Se não tiver, esqueça.

(*) *Jornalista, analista político, assessor parlamentar do Diap e redator do HP*

Fonte: Diap

Comissão de Constituição e Justiça discute fim da escala 6X1 e redução da jornada de trabalho

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Paulo Azi propôs a realização do debate

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta terça-feira (24) para discutir propostas que tratam do fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho e um de descanso por semana) e da redução da jornada de trabalho no Brasil.

A reunião será realizada no plenário 1, às 14 horas.

A CCJ deve analisar a admissibilidade da PEC 8/25, da deputada Erika Hilton (Psol-SP); e da PEC 221/19, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

O debate atende a pedido do deputado Paulo Azi (União-BR), relator das propostas. "A redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 constituem temas históricos e de grande relevância para a população, refletindo as transformações impulsionadas pelo avanço tecnológico e pela necessidade de garantir mais qualidade de vida ao trabalhador", afirma.

O parlamentar destaca a importância de ouvir patrões,

Brasília-DF, 24 de março de 2026

funcionários e especialistas sobre os impactos sociais, culturais e econômicos das propostas.

Fonte: Agência Câmara

Fim da escala 6x1 é a grande bandeira sindical



Raras vezes uma bandeira trabalhista obteve tanto apoio e repercussão quanto o fim da jornada 6x1, proposto por Érica Hilton (PSol-SP). O Projeto de Lei está para ser votado no Congresso Nacional.

A matéria tem apoio de todas as Centrais e demais entidades de trabalhadores. O presidente Lula também tem se posicionado a favor do fim dessa escala, que deve resultar, ainda, na redução da jornada para, pelo menos, 40 horas semanais.

Ex-dirigente metalúrgico do ABC, o ministro Luiz Marinho, do Trabalho e Emprego, falou quarta (18), na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, em Brasília. E ressaltou: "Há um clamor, especialmente da juventude trabalhadora, pra que a gente analise o fim da jornada 6x1. Há o apoio do governo em relação a isso. Nós queremos avance o mais rapidamente possível."

A jornada extenuante, física e mentalmente, suscita uma outra discussão, que é a precariedade do transporte público nas regiões metropolitanas. "Se a escala 6x1 gera estafa, a lentidão do transporte público castiga ainda mais o trabalhador", afirma Alvaro Egea, secretário-geral da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

Reação – Segmentos patronais reagem ao fim da escala, alegando perda de produtividade e aumento de custos para a empresa. "É o mesmo discurso que adotaram quando a Constituição de 1988 reduziu a jornada de 48 para 44 horas semanais", observa Miguel Torres, presidente nacional da Força Sindical.

Nos recentes atos do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher – a grita foi geral contra a escala 6x1, até

porque a trabalhadora, por cumprir dupla ou tripla jornada, é a parte mais sacrificada pela escala exaustiva.

O próprio INSS sente o impacto da escala 6x1, por meio do aumento de incidência das doenças que afetam a saúde mental de trabalhadores e trabalhadoras.

Mais – Sites das Centrais, Dieese e Fundacentro.

Fonte: Agência Sindical

Deputado do PL propõe reduzir jornada semanal para 40h no comércio

Texto altera legislação da categoria e foi apresentado por Luiz Carlos Motta em meio à discussão sobre o fim da escala 6x1.



Freepik

Em meio ao debate sobre o fim da escala 6x1, o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) protocolou um projeto de lei que reduz a carga horária semanal de trabalhadores do comércio de 44 para 40 horas (1.176/2026). O texto altera a Lei 12.790/2013, que regulamenta o exercício da profissão de comerciante.

Quanto ao número máximo de horas trabalhadas diariamente, a proposta preserva as oito horas diárias previstas na lei. A mudança representa uma diminuição de quatro horas na jornada semanal dos trabalhadores do comércio, o que equivale a meio turno a menos de trabalho por semana.

Na justificativa, o autor sustenta que a redução da jornada pode favorecer a preservação da saúde física e mental dos comerciantes, ao reduzir o desgaste provocado pela rotina intensa de atendimento ao público.

"A diminuição da carga horária tende a favorecer a preservação da saúde física e mental do trabalhador, reduzindo fatores de desgaste decorrentes da rotina intensa de atendimento ao público, longos períodos

Brasília-DF, 24 de março de 2026

em pé e elevada exigência de produtividade, circunstâncias comuns nas atividades do comércio. Além disso, a medida contribui para a melhoria da qualidade de vida, ampliando o tempo disponível para convívio familiar, descanso e desenvolvimento pessoal."

Do ponto de vista econômico, Luiz Carlos Motta argumentou que jornadas mais equilibradas podem estimular ganhos de produtividade. A lógica apresentada no texto é de que trabalhadores menos cansados, menos adoecidos e menos sujeitos à exaustão tendem a produzir melhor, atender melhor e se ausentar menos.

O deputado afirmou que a redução da jornada pode contribuir para "diminuir índices de fadiga, absenteísmo e rotatividade, fatores que impactam diretamente a eficiência do serviço prestado no comércio". Na avaliação de Luiz Carlos Motta, a proposta pode abrir novos postos de trabalho.

[Leia a íntegra.](#)

Fim da escala 6x1

A PEC 221/2019 prevê a redução gradual da jornada semanal de trabalho no Brasil de 44 para 36 horas. Apresentada pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), a proposta estabelece prazo de dez anos para que a nova carga horária máxima entre em vigor.

De acordo com o texto, a duração do trabalho continuaria limitada a oito horas diárias, mas o total semanal cairia para 36 horas. A proposta mantém a possibilidade de compensação de horários e de redução da jornada por meio de acordo ou convenção coletiva entre empregadores e trabalhadores.

Outra proposta, esta de autoria da deputada Erika Hilton (Psol-SP), prevê carga horária semelhante, mas distribuída em quatro dias por semana (PEC 8/2025). O texto faculta a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Em fevereiro, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), apensou as propostas e encaminhou para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O deputado Paulo Azi (União-BR) foi designado relator.

O governo definiu o fim da escala 6x1 como uma das pautas prioritárias em 2026. A redução para 40 horas semanais é apontada pelo Ministério do Trabalho e Emprego como mais viável para a redução da jornada de trabalho.

Fonte: Congresso em Foco